

Izabel Sadalla Grispino *

No artigo anterior abordamos a problemática da violência infanto-juvenil disseminada em nossa sociedade. Fizemos reflexão sobre o importante papel da família, concluindo ser ela o foco da agregação ou desagregação do sentimento de amor, de vida esperançosa, produtiva. Ponderamos, também, sobre os malefícios produzidos na criança e no jovem pela constante exposição aos jogos eletrônicos, os videogames.

Dando seqüência ao assunto, ressaltaremos uma outra face negra da sociedade, que vem se acentuando, a prostituição infantil, a iniciação sexual precoce. O sociólogo Neil Postman, em seu livro “O desaparecimento da infância”, fala da perda da inocência infantil, do ocaso da inocência. “Descaracteriza-se a infância e ela começa a ser, aos poucos, abolida como fase da vida humana. A fronteira entre a infância e a juventude vem se diluindo, apressando a passagem para a vida adulta”.

A degeneração dos costumes, a cultura da promiscuidade, a decomposição ética da sociedade, os apelos eróticos de uma TV preocupada com audiência, arrastam a criança à curiosidade prematura, a atos sexuais precoces. Histórias infantis, desenhos animados, vêm sendo substituídos pelos apelos eróticos de personagens televisivos, por novelas ou filmes que exploram a face exagerada, quando não desvirtuada, da sexualidade, repercutindo em agressões à alma infantil, provocando nociva influência moral e psicológica.

Avançando um pouco mais na idade cronológica, um estudo encomendado pelo Ministério do Emprego e Solidariedade, juntamente com a Secretaria de Saúde da França, ao Alto Comitê de Saúde Pública, mostrou que os jovens sofrem muito neste mundo pervertido, liberado, onde a puberdade se antecipou dos 17 para os 13 anos. Eles se tornam adultos antes do tempo e, pior, os que almejam uma vida promissora dificilmente conseguem emprego. Uma falta de perspectiva os leva à depressão, à explosão de agressividade. Na falta do emprego, ficam, em média, até os 25 anos na casa dos pais. Constatou-se uma tendência assustadora de suicídios entre os jovens, tendência que outros países de primeiro mundo confirmam. Na França, dos jovens, entre 15 e 19 anos, 3,7% tentam o suicídio; 10% revelaram necessidade de ajuda para não sucumbir e 17% admitiram que, alguma vez, pensaram nisso. Tabagismo, alcoolismo e

toxicomanias aumentam consideravelmente.

O mundo vem se mostrando cruel aos jovens, também pelo aspecto profissão. Hoje, o modelo de comportamento é valorizar o presente. Pais e educadores sonham em tornar os filhos, os educandos, ultracompetentes no ramo da informática. O susto aparece quando uma organização especializada – a Learning in the Real World, da Califórnia – divulga que os computadores não estão ajudando os jovens a aprender mais, ao contrário, o nível vem decaindo, eles estão aprendendo menos. Diante desse quadro, faz-se necessário conjecturar posturas mais reflexivas diante do computador.

A todas essas causas acrescenta-se o saldo que restou de uma educação permissiva, criando uma geração crescida sob a orientação da educação não traumatizante. Educação de total liberdade que se contrapôs à anterior, na qual os filhos não podiam dizer não aos pais. O não era domínio dos pais. Aos pais competia ordenar e aos filhos obedecer, sem questionar. Não havia diálogo. Porém, a passagem da educação proibitiva para a permissiva deu-se de modo brusco, sem meio termo. Agora, eram os pais que não podiam dizer não aos filhos: o não os reprimia, os traumatizava. Assim, passaram ao outro extremo, o da total liberdade. Essa liberação provocou perda de limites, perda de valores e produziu uma juventude desfiada, insatisfeita, sempre em busca de mais emoção, correndo atrás de prazeres desenfreados. A educação não traumatizante criou uma geração de desajustados, onde a violência surge como um jogo alucinado, um divertido passatempo.

Hoje, felizmente, volta-se ao entendimento de que, para um crescimento saudável, tem que haver disciplina, tem que haver regras de comportamento, senso de limite. Evolui-se para uma educação voltada ao diálogo, à autodisciplina, à auto-organização, conscientizando-se filhos e educandos de que a vida em sociedade só funciona com regras e limites. A rebeldia, que perambula por aí, é, nessa linha de considerações, resultante da omissão, da pedagogia da concessão, da psicologia da irresponsabilidade, da crise da autoridade. É preciso que se reflita entre o medo de punir e os seus efeitos anti-sociais.

Temos aí denso material para se pensar, para se posicionar. Que parcela de contribuição estamos dando na erradicação ou na diminuição da violência infiltrada no meio social, permitindo ao cidadão recuperar o direito de sair às ruas, de viver em paz em sua própria casa? O silêncio é um forte aliado da violência. A escola, por seus temas transversais, pode inserir o assunto através das matérias tradicionais do currículo, conforme recomendam os “Parâmetros Curriculares Nacionais” e promover debates, discussões, tornando-se consciente do seu contexto social e passando a conscientização avante. Reduzir a violência, hoje, é prioridade educacional, política, social e econômica, se não como imaginar a sociedade dos

próximos anos? Que mundo aguardam nossos filhos, nossos netos? Que filhos e que netos estaremos colocando nesse mundo? Que futuro os aguarda? Haverá futuro para eles?

As instituições ainda se omitem pela distância em que se envolvem com os problemas sociais. Precisamos ser capazes de repensar e atuar na crise provocada pela violência generalizada, se não quisermos ter em breve momentos ainda mais difíceis de suportar. É preciso ir à raiz do problema e lutar para formação de uma nova ordem social.

A estas considerações acrescento o pensamento do educador Paulo Freire: “A escola precisa conscientizar os jovens da importância do investimento em si próprio, em sua cidadania. Conscientizá-los a fazer frente à realidade, colocá-los por dentro dos problemas que os envolvem na atualidade e subsidiá-los para atuar preventivamente”.

*** Supervisora de ensino aposentada.██ ███ █**
(Publicado em janeiro/2001)